

PROJETO NURC/RECIFE: PRELIMINARES DA PESQUISA

Primeira Parte - Histórico

A - Natureza da Pesquisa

O Projeto da Norma [Linguística] Urbana Culta integra uma equipe, de âmbito nacional, elaborado nos moldes de uma pesquisa internacional, a princípio montado para os países de língua espanhola.

A inclusão do Brasil se deu em 1969, a cujo coordenador designado provisoriamente, Prof. Nelson Rossi, da UFBA, coube organizar as coordenações regionais no intuito de estudar os falares representativos brasileiros. A primeira tarefa dessas coordenações foi fazer uma adaptação do Guia-Questionário proposto para o espanhol, em termos de português falado no Brasil. O projeto cobriria, assim, toda a América Latina. A propósito, trata-se de um questionário extremamente minucioso, organizado na Espanha. Abrange as múltiplas realizações da língua no seu concreto operar, desde os aspectos lógicos aos afetivos. Está dividido em 20 áreas semânticas, as quais irão permitir estudos linguísticos nos aspectos: fonético-fonológico, morfo-sintático, lexical, semântico e estilístico.

Aprovada pelos Conselhos Federais de Educação e Cultura, a pesquisa está sendo executada em cinco cidades - Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre - selecionadas de acordo com o número de habitantes (mais de 1.000.000) e tradição cultural (mais de 100 anos de fundação), sob a coordenação, respectivamente, dos Professores José Brasileiro Tenório Vilanova, Nelson Rossi, Celso Cunha, Isaac N. Salum e Ataliba T. de Castilho, ^{e Inalati} e Albino de Bem Veiga.

Tem como Objetivos: 1. através de gravações, realizar o levantamento da língua culta falada nas cinco cidades brasileiras, acima mencionadas; 2. descrever a língua culta falada nas referidas cidades; 3. conhecer a realidade linguística brasileira, norma culta, tomando por padrão as cinco cidades.

Com isso, pretende fornecer, entre outras contribuições, subsídios para uma melhor adequação do ensino da Língua Materna.

A Metodologia da pesquisa no que se refere à seleção de informantes, à gravação, à transcrição e à análise é a mesma para todas as equipes. Na primeira

etapa, a de seleção de informantes, considera-se como requisitos: ter o informante idade igual ou superior a 25 anos; ter nascido no local da pesquisa; ser filho, de preferência, de pais naturais também do local da pesquisa; ou, se vindo do interior, ter concluído o 1º grau na capital; e com formação universitária, exceção tuando-se os graduados em Letras.

B - NURC/RECIFE

Funcionando nas dependências do Departamento de Letras do Centro de Artes e Comunicação da UFPE, além de contar com a aprovação do Conselho Federal de Educação e Cultura, recebe ajuda financeira da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação dessa Universidade, sob a forma de Suprimento de Fundos. Por não dispor de verba específica, muitas são as dificuldades, portanto.

* O material lingüístico coletado, resultante de 248 horas e 30 minutos de gravação, com 354 informantes, vem sendo estudado pela Equipe, que atualmente analisa o aspecto morfo-sintático do Artigo, tomando por base o Guia-Questionário aprovado pela Coordenação Nacional do NURC. *

O NURC/RECIFE para chegar a essa situação, deu os seguintes passos:

1. conhecimento do referido Guia, a ser utilizado nas gravações; 2. treinamento da Equipe, que, no princípio, era formada apenas por professores. Hoje se tem os estudantes de Letras, na qualidade de bolsistas; 3. gravações; 4. transcrição; 5. revisão das transcrições; 6. análise propriamente dita.

Em termos de divulgação, conferências foram pronunciadas pelo Coordenador, Prof. José Brasileiro T. Vilanova, como também entrevistas concedidas por membros da Equipe à imprensa escrita: Diário de Pernambuco, Jornal do Comércio, Jornal Universitário.

Segunda Parte

I. Conceituação Gramatical

Embora o desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Brasil venham contribuindo para uma mais adequada compreensão dos fatos da língua portuguesa, poucas têm sido as alterações registradas nas gramáticas prescritivas da língua portuguesa, ao longo dos tempos.

A maioria delas ainda são tradicionais, pois, calcadas em modelos grecolatinos, apresentam regras e conceituações anacrônicas, sem levar em con-

sideração situações de registros, variações regionais, embasamento científico e procedimentos metodológicos definidos. Desta forma, em muitos casos, torna-se praticamente impossível harmonizar normas e conceitos da gramática prescritiva aos usos da língua.

Um dos pontos que tem despertado a atenção dos lingüistas é quanto à maneira imprecisa na definição do sistema categorial.

Neste estudo, procurou-se investigar as conceituações dadas ao artigo por algumas das principais gramáticas da língua portuguesa. Foram cotejadas as gramáticas de Eduardo Carlos Pereira, Evanildo Bechara, Rocha Lima e Celso Cunha.

Eduardo Carlos Pereira analisa o comportamento do artigo apenas com os nomes apelativos e elabora a sua conceituação partindo deste aspecto:

"Os artigos definidos servem para indicar o apelativo, ou indicar individualização determinada por um outro atributo ou por um complemento".

Já se observa nesta gramática uma preocupação com o valor semântico do artigo, cuja variação ou ausência admite inferências de várias ordens.

Os exemplos que apresenta são:

Luiz, filho de Carlos

Luiz, o filho de Carlos

Luiz, um filho de Carlos (1942:303 - 304)

Para o autor, o apelativo Luiz é indeterminado pela ausência do artigo, no primeiro exemplo; determinado, pela presença, indicando individualização do objeto de referência, segundo exemplo; no terceiro, embora o tópico (comentário) esteja indeterminado pelo indefinido, há idéia de pluralidade semântica e o deslocamento do tópico (comentário) para o aposto.

Em Evanildo Bechara está evidente a conceituação tradicional do artigo:

"Artigo é a palavra que se antepõe aos substantivos que designam seres determinados ou indeterminados"

Rocha Lima parte da mesma conceituação do autor anterior, entretanto condiciona o uso do artigo definido/indefinido ao conhecimento/desconhecimento do receptor (ouvinte, leitor) ao objeto de referência:

"O artigo definido serve para "indicar que se trata de um ser clara-

mente determinado entre outros da mesma espécie - que o ouvinte e o leitor já sabem quem é pelas circunstâncias que cercam a enunciação da frase" (1979: 84-85).

O artigo indefinido serve para "mencionar um ser qualquer entre outros da mesma espécie - que não individualiza, nem o ouvinte ou o leitor saberão precisar quem seja" (1979: 85).

Nota-se uma preocupação em situar o artigo dentro de um contexto mais amplo, lingüístico e extralingüístico, ao colocar em evidência o papel do ouvinte-leitor e das condições que cercam o processo de comunicação. Contudo, não há esclarecimentos aprofundados quanto a sua variação significativa em contextos diversos.

Celso Cunha adota uma posição, em parte semelhante a de Rocha Lima. Diz o primeiro que o artigo definido "é sinal de notoriedade, de conhecimento prévio, por parte dos interlocutores, do ser ou do objeto mencionado"; artigo indefinido seria "falta de notoriedade, um índice de desconhecimento individualizado por parte dos interlocutores (o ouvinte) do ser ou do objeto em causa" (pp. 217/219).

Não estabelece o autor limites precisos de determinação/indeterminação do substantivo: "A determinação do substantivo vai-se tornando mais precisa à medida em que se passa do artigo indefinido para o definido e, depois, para o demonstrativo" (p. 219).

A colocação de Celso Cunha dá a entender que o uso do artigo indefinido não determina totalmente o nome. A indeterminação estaria subordinada à ausência do artigo.

Contudo, dizer que a ausência do artigo determina o nome nem sempre é verdadeiro. Observem-se os exemplos:

Vi pretinho chegando

Vi o pretinho chegando

Vi um pretinho chegando

O primeiro caso pode indicar que pretinho é um ser especialmente individualizado, pode até mesmo ser um cognome (Pretinho). Esta sutileza de determinação do nome pela ausência do artigo, e outras mais podem ser observadas nos resultados provisórios sobre o uso do artigo em Recife, a partir do material analisado. Tendências não compatíveis às normas da Gramática Normativa ~~de~~ uma

constante na linguagem falada.

II. Análise do CORPUS

Com base em uma pequena amostragem, aleatória, do CORPUS constante de 09 extratos de inquérito num total de ~~730~~¹³⁰ horas, e abrangendo a ^{1ª} 2a., e 3a. faixas etárias para homens, e 2a. para mulheres, os resultados parciais evidenciam:

II.1. Nem sempre a determinação e a indeterminação do nome estão ligados à presença e/ou ausência do artigo.

Resumindo as noções tradicionais de uso do artigo, sugere-se que a determinação do nome é condicionada pela presença do artigo definido, ao qual cabe a função específica de delimitar o âmbito referencial do substantivo. A indeterminação, por outro lado, fica a cargo do artigo indefinido. Essas e outras noções tradicionais e consagradas começam, há já algum tempo, a serem questionadas à luz dos estudos lingüísticos do português, cotejado com os usos realizados por falantes. Geralmente não se discutem os valores nocionais causados pela ausência desses determinantes ou as implicações na sua substituição por dêiticos como o demonstrativo este, por exemplo, que estruturalmente está em distribuição complementar com o artigo. As observações preliminares sobre o emprego ou omissão do artigo, definido e indefinido, feitos em material coletado pelo Projeto NURC-Recife vêm revelando alguns dados interessantes.

Observem-se ^{os} seguintes exemplos do CORPUS, inquérito 11:

1. Eu era perito ainda jovem e ... (p. 6 linha 15)
2. Eu era diretor do Instituto de Polícia Técnica e ... (p. 7 linhas 3- 8-9)

O exemplo 1 pode ser parafraseado com a inclusão do artigo indefinido, mas a inclusão do artigo definido tornará o enunciado agramatical dentro do contexto geral:

Eu era um perito ainda jovem e ...

* Eu era ~~um perito~~ ^{o perito ainda jovem} e ...

No exemplo 2 a parafrase pode ser feita com o artigo definido, mas não com o indefinido:

Eu era o diretor do I.P.T. e ...

Eu era ^{um diretor do I.P.T.} ~~operário em uma oficina~~ e ...

Nesses dois exemplos de omissão do artigo pode-se facilmente depreender a intenção do falante. Sua inserção não causa prejuízo do valor semântico do enunciado.

Observem-se agora casos de emprego do artigo:

3. E uma pessoa que estava junto ... (p.6 linha 17)

4. ... de permitir ao homem que vai envelhecendo, ... (p.12 linhas 4-5)

Em 3 o enunciado é ambíguo: uma pessoa qualquer ou qualquer pessoa dentre as presentes. Se o artigo indefinido for substituído pelo definido a ambigüidade desaparece, fica evidente que se trata apenas de uma única pessoa, mas a intenção do falante é prejudicada. Entretanto a omissão do artigo torna o enunciado agramatical:

E a pessoa que estava junto ...

* *É pessoa que estava junto...*
~~... de permitir ao homem que vai envelhecendo...~~

No exemplo 4 o artigo definido também pode ser substituído pelo indefinido, aqui sem prejuízo da gramaticalidade ou do valor nocional. A omissão do artigo, porém, é bloqueada:

... de permitir a um homem que vai envelhecendo,...

* *... de permitir a homem que vai envelhecendo...*
~~... de permitir a um homem que vai envelhecendo...~~

Em 3 e 4 o ^{uso do} ~~artigo~~ do artigo indefinido é o nome:

uma pessoa (alguém)

um homem (qualquer homem)

O ^{uso do} ~~artigo~~ do artigo definido, entretanto, tem âmbito muito maior e funciona como um dêitico:

a pessoa que estava junto (aquela)

o homem que vai envelhecendo (aquele)

Essas observações preliminares de exemplos colhidos de um contexto amplo de realização de fala mostram que: 1. o emprego ou não do artigo não é escolha arbitrária do falante; 2. que o artigo não se refere somente à questão de determinação e indeterminação do nome; e 3. que o artigo deve ser observado a

um nível mais alto, o de marcador sintático.

II.2. A presença/ausência do artigo com substantivos próprios não seguem as regras gramaticais

A Gramática Normativa apresenta algumas regras para o emprego do Artigo junto aos substantivos próprios. Consultamos, para este ítem, os gramáticos: Souza da Silveira e Said Ali.

Dizem-nos os autores que "costumam levar artigo os nomes próprios:

a) - de peessoas ou animais conhecidos dos ouvintes.

Encontramos, porém, a omissão do artigo com nomes de pessoa, como se pode ver: "(es)tã lógico que Kennedy foi morto" (p.17 linhas 5-6)

"...podia ser mais comunitária, Sebastião Barreto Campelo ainda falando de comunitarismo" (p.30 linha.18)

"...disse, foi José Adolfo que tem trazido..." (p.34 linha 03)

1. Nos cognomes e alcunhas há grande hesitação: temos o uso e a omissão do artigo

"uma conversão do "galeguinho do Coque" (p.19 linhas 2-3)

"surgiu aquele instinto de Super-Homem, o Super-Asa, o Super-América, o Flash

Gordon... (p.26 linhas 14-15) *com aquele referindo-se apenas ao primeiro termo. 2. Sem artigo nomes tais como: "...um e três glab, granu..."*
b) - Na linguagem enfática, quando queremos destacar muito uma personalidade.

Podemos confirmar essa regra, com o exemplo:

"precisava ser um Vicente Celestino, um Silvio Santos ..." (p.16 linha 17).

c) - dos continentes e vastas regiões da Terra: a Europa, a América, a Ásia, a África etc... Trazendo, porém, preposição, não é raro aparecerem sem artigo.

Em nossos informantes encontramos a omissão do artigo, com ditos nomes regidos de preposição, contrariando a norma gramatical.

"os países pobre tipo de América Latina, tipo de África, eles compram em dinheiro..."(p.16 linha 06)

"...que se espalham por Ásia, África, América, Oceania..." (p.22 linha 07).

d) - os nomes da maioria dos estados e províncias: a Espanha, a França, a Alemanha, o Brasil, o Japão, etc... (Souza da Silveira).

"os nomes dos países americanos, com algumas exceções, levam o arti-

go: o Brasil, o Peru, o Chile,..." (Said Ali)

Encontramos a omissão do artigo com alguns desses nomes:

"juntou-se Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra e tal pra conversar" (p.16 linha 19)

Outras vezes alternância: era uso, era omissão:

"um país como o Brasil" (p.20 linha 04)

"dos seus interesses particulares, dos seus interesses dele - Brasil - quer dizer nosso..." (p.19 linha 15)

"não o Brasil tomando dinheiro emprestado, não..." (p.20 linhas 11-12)

* "é por isso que Brasil fica devendo" (p.21 linha 01)

"a volkswagen do Brasil" (p.21 linha 19)

"uma peça de carro feita no Brasil" (p.22 linha 13)

"aí saí do Brasil pra Alemanha" (p.22 linha 15)

Alguns casos de omissão do artigo não parecem comuns. Talvez numa análise mais exaustiva possamos comprovar ser este um fato normal na linguagem falada.

e) - são usados com artigos nomes de Entidades e Instituições:

1. Clubes de Futebol

"...eu sou torcedor do Náutico ..." (p.28 linha 02)

"...jogar no ... pelo Sport" (p. 28 linha 03)

2. de Universidades (Geral)

" a Universidade Católica, a Federal de Pernambuco, ... a FESP (p.16 linha 06)

f) - com ou sem artigo, temos algumas siglas:

" É Eletrobrás tomou empréstimo em tal lugar ..." (p.20 linha 16)

"A ITAIPU não sei coisa, empréstimo no BID" (p.20 linha 17)

"eu não sei como é que o MEC aceita certas coisas ..." (p.21 linha 07)

(OBS.: Ver texto)

II.3. que o uso do artigo definido com as locuções ~~definidas~~ formadas por palavras femininas pode ser substituído pelo pronome demonstrativo, com o qual, repetimos, está em distribuição complementar.

A Gramática Normativa, conforme já relatamos, trata o artigo como sen-

do aquele que se antepõe aos substantivos: determinando-o ou indeterminando-o.

O demonstrativo, para os gramáticos, é aquele que serve para mostrar, basicamente, os seres ou os objetos implicados no discurso. São os chamados dêiticos.

A partir desses conceitos, e observados os exemplos:

1. a) "esse problema de verminose"

b) "o problema de paralisia infantil"

parece-nos, à primeira vista, que não há evidência da sintática que leve a considerar o artigo definido, pelo menos em alguns casos, como classe distinta dos demonstrativos. Se não vejamos: no caso 1.a. marcados os substantivos problema e verminose, o artigo não se faz presente; no caso 1.b., presente o artigo, obviamente na linha de preceito da GN, o substantivo é determinado. O que se pode detectar, no contexto, é que, com a presença do demonstrativo, há realmente uma determinação, uma identificação: o que se fala é conhecido porque já foi mencionado (função anafórica). Sem o demonstrativo, a idéia é mais generalizante ou, uma determinação que podemos chamar de fraca: o valor demonstrativo do artigo "foi-se perdendo pouco a pouco, mas subsiste ainda, embora enfraquecido em alguns casos" (C. Cunha, 1975:221).

Indiscutivelmente, a semelhança entre artigo definido e demonstrativo se baseia em razões sintáticas, bem como implicações semânticas que condicionam um tratamento de ambos dentro de uma só classe. Talvez isto se deva às raízes históricas do artigo que, segundo C. Cunha (1975:221), "vem do demonstrativo latino: ille, illa, illud = aquele, aquela, aquilo". Aliás, a gramática estrutural e gerativa considera o demonstrativo um determinante da mesma natureza que o artigo, comutável com ele. Contudo surgem estruturas tais como:

2.1. "e no setor da saúde"

2.2. "/essa equipe de saúde, (...) que integram

2.3. a equipe de saúde

verifica-se que o objeto sobre o qual recai todo realce está presente no espírito do destinatário. Implicitamente, no 2.1. existe o termo área, equipe, ou qualquer palavra de valor idêntico que justifica a presença do artigo" e no setor da área de saúde". O que existe é uma identificação e não uma determinação exata.

2.2. identifica-se com o caso 1.a. e é exatamente a presença do cha-

mado demonstrativo essa que condiciona a uma percepção de determinação de a"equipe", na qual o a (2.3.) tem mais valor de demonstrativo que de artigo. Na combinação das duas estruturas, na ~~re~~apreensão do todo, há o fenômeno anafórico que já define o texto, o que justifica a presença deste aparente artigo.

Em síntese: 1. o informante, quando usa o demonstrativo, revela uma constância de critério ~~ausência~~ do artigo, [na expressão própria das locuções, isto é, presença exclusiva da preposição] Quando usa o artigo, varia: ora sim (no setor da saúde); ora não (o problema de desidratação).

2. Quando usa o demonstrativo, há uma abrangência no todo da expressão.

3. Estes usos, ora descritos, vão de encontro aos princípios gramaticais. Pois, como se percebe, a comutação do artigo pelo demonstrativo é relativamente fácil.

Terceira Parte

Conclusões

Os resultados de nossa análise revelam incompatibilidade entre os Usos Lingüísticos e os preceitos da GNT. Senão vejamos: enfatizando apenas o nível morfo-sintático, despreza o semântico, sem levar em consideração, portanto, o contexto, quando se observou, no decorrer da exposição, que a presença ou ausência do Artigo não é o único critério que disponha se tratar de determinação ou indeterminação.

As gramáticas apresentam exemplos interpretados rigidamente como artigo ou demonstrativo. Esquecem-se de que na organização e proposição das idéias ora é o artigo ora o demonstrativo que pode prevalecer, pois a função dêitica existe nas duas estruturas, animando-nos a incluí-los dentro de uma mesma classe; e, assim, considerando os diferentes registros repensar a definição da categoria Artigo.

Mas, cumpre reconhecer que a apresentação de alguns casos reveladores não dizem tudo. A exploração não é ainda satisfatória dado o número de casos com que trabalhamos.

EQUIPE QUE REALIZOU ESTE TRABALHO:

Adair Pimentel Palácio

Amara Cristina de Barros e Silva Botelho

Eneida Martins de Oliveira

Gilda Maria Lins de Araújo

Ítala Maria Wanderley da Silva

apresentado na 34^a Reunião Anual da SBPC , em julho de 1982 - Campi -
nas - São Paulo.

*Artigos, nomes e usos **

~~O "artigo" tal qual se fala (*)~~

(~~Adair Pimentel Palácio, Eneida Martins de Oliveira,
Gilda Maria Lins de Araújo, Itala Maria Wanderley
da Silva~~)

~~Adair Pimentel Palácio~~

~~Eneida Martins de Oliveira~~

~~Gilda Maria Lins de Araújo~~

~~Itala Maria Wanderley da Silva~~

Embora o desenvolvimento dos estudos lingüísticos no Bra - sil venha contribuindo para uma mais adequada compreensão dos fa - tos da língua portuguesa, poucas têm sido as alterações registra - das nas gramáticas prescritivas, ao longo dos tempos. *Calcoendas*

~~São tradicionais, pois, calcoendas~~ em modelos grecolatinos, *a maioria delas* apresentam regras e conceituação anacrônicas, sem levar em con - sideração situações de registros, variações regionais, embasamen - to científica e procedimentos metodológicos definidos. Desta for - ma, em muitos casos, torna-se praticamente impossível harmonizar normas e conceitos da gramática prescritiva aos usos da língua.

Um dos pontos que tem despertado a atenção dos lingüistas é quanto à maneira imprecisa na definição do sistema categorial.

Neste estudo, procurou-se investigar as conceituações da - das ao artigo por algumas das principais gramáticas da língua por - tuguesa, analisar os dados coletados, e confrontar as coerências e incoerências entre o que o falante culto usa, e o que a Gramá - tica Normativa postula. Foram cojeçadas as de Eduardo Carlos Pe - reira, Evanildo Bechara, Rocha Lima e Celso Cunha.

Eduardo Carlos Pereira analisa o comportamento do artigo a - penas com os nomes apelativos e elabora a sua conceituação partin - do deste aspecto: "Os artigos definidos servem para indicar o ape - lativo, ou indicar individualização determinada por um outro atri - bruto ou por um complemento"

Nesta gramática transparece alguma preocupação com o valor ← semântico do artigo, cuja variação ou ausência admite inferências de várias ordens.

Os exemplos que o Artigo *Antônio A.* apresenta são:

Luís, filho de Carlos

Luís, o filho de Carlos

Luís, um filho de Carlos (1942:303-304)

Para ele, o apelativo Luís é indeterminado pela ausência do artigo, no primeiro exemplo; determinado, pela presença, indicando objeto de referência, no segundo exemplo; e no terceiro, embora o tópico esteja indeterminado pelo artigo indefinido, há idéia de pluralidade semântica é deslocamento do tópico para o aposto.

Em Evanildo Bechara está evidente a conceituação tradicional do artigo:

~~(o, a, os, as)~~ "é a palavra que se antepõe aos substantivos que designam seres determinados ^(o, a, os, as) ou indeterminados (um, uma, uns, umas)" (1975:94).

Rocha Lima parte da mesma conceituação do ^{A.} autor anterior, entretanto condiciona o uso do artigo definido/indefinido ao conhecimento/desconhecimento do receptor (ouvinte, leitor) ao objeto de referência: "o definido serve para"indicar que se trata de um ser claramente determinado entre outros da mesma espécie que o ouvinte e o leitor já sabem quem é pelas circunstâncias que cercam a enunciação da frase" (1979:84-85); o indefinido serve para "mencionar um ser qualquer entre outros da mesma espécie - que não individualiza, nem o ouvinte ou o leitor saberão precisar quem seja" (1979:85)

Intuitivamente o ~~artigo~~ ^{A.} procura situar-se dentro de um contexto mais amplo, lingüístico e extralingüístico, ao colocar em evidência o papel do ouvinte-leitor e das condições que cercam o processo de comunicação. Contudo, não há esclarecimentos aprofundados quanto a sua variação significativa em contextos diversos.

Celso Cunha adota uma posição em parte semelhante à de Rocha Lima, ao dizer que o artigo definido "é sinal de notoriedade, de conhecimento prévio, por parte dos interlocutores, do ser ou do objeto mencionado"; e o "indefinido seria "falta de notoriedade, um índice de desconhecimento individualizado por parte dos interlocutores (o ouvinte) do ser ou do objeto em causa"

no 5 deixar seto.

→ (1972:217/219).

→ Não estabelece o ^{A.} autor limites precisos de determinação/
/indeterminação do substantivo: "A determinação do substantivo
vai-se tornando mais precisa à medida em que se passa do artigo
indefinido para o definido e, depois, para o demonstrativo" (p.219).

~~1972:217/219~~

→ A colocação de Celso Cunha dá a entender que o uso do ar
tigo indefinido não indetermina totalmente o nome. A indetermi-
nação estaria subordinada à ausência do artigo.

Contudo, dizer que a ausência do artigo indetermina o no
me nem sempre é verdadeiro. Observem-se os exemplos:

- Vi pretinho chegando
- Vi o pretinho chegando
- Vi um pretinho chegando

O primeiro caso pode indicar que pretinho é um ser especi
almente individualizado, pode até mesmo ser um cognome (Pretinho).
Esta sutileza de determinação do nome pela ausência do artigo, ² you
gras mais, podem ser observadas nos resultados provisórios sobre
o uso do artigo em Recife, a partir do material analisado. Tendên
cias não compatíveis aos conceitos da Gramática Normativa são uma
constante na linguagem falada. Com base nesta análise, a seguin-
tes deduções podem ser formalizadas:

~~1972:217/219~~

Nem sempre a determinação e a indeterminação do ^{substantivo} nome estão
ligadas à presença e/ou ausência do artigo.

HH

Observem-se que, dos seguintes exemplos do CORPUS;

→

1. " Eu era perito ainda jovem e
2. " Eu era diretor do Instituto de Polícia Técnica e :::: "

O exemplo 1 pode ser parafraseado, com a inclusão do artigo indefi
nido: [Eu era ^{desta que} um perito ainda jovem e ...] ^{mas} a inclusão do artigo
definido tornará o enunciado agramatical dentro do contexto geral:

* Eu era o ^{desta que} perito ainda jovem e ... No exemplo 2, a paráfrase po-
de ser feita com o artigo definido, mas não com o indefinido:

Eu era o diretor do I.P.T. e ...

*Eu era um diretor do I.P.T. e ...

Nesses dois exemplos de omissão do artigo pode-se facilmente de-
preender a intenção do falante. Sua inserção não causa prejuízo
do valor semântico do enunciado.

→

Observem-se, agora, casos de emprego do artigo:

3. ^{//} ~~uma~~ uma pessoa que estava junto ..."

4. "... de permitir ao homem que vai envelhecendo, ..."

Em 3, o enunciado é ambíguo: uma pessoa qualquer ou qualquer pessoa dentre as presentes. Se o artigo indefinido for substituído pelo ~~def~~ definido, a ambigüidade desaparece, fica evidente que se trata apenas ~~de~~ de uma única pessoa, mas a intenção do falante é prejudicada. Entretanto, a omissão do artigo torna o enunciado agramatical:

E a pessoa que estava junto ...

*E ~~peço~~ peço que estava junto ...

No exemplo 4, o artigo definido também pode ser substituído pelo indefinido, aqui sem prejuízo da gramaticalidade ou do valor ^o nacional. A omissão do artigo, porém, é bloqueada:

... de permitir a um homem que vai envelhecendo ...

*... de permitir a ~~homem~~ homem que vai envelhecendo ...

Em 3 e 4 o escopo do artigo indefinido é o nome: uma pessoa (alguém); um homem (qualquer ~~homem~~ ^h homem).

O escopo do artigo definido, entretanto, tem âmbito muito maior e funciona como um ^A dêitico:

a pessoa que estava junto (aquela)

o homem que vai envelhecendo (aquele)

Essas observações preliminares, de exemplos colhidos de um contexto amplo de realização de fala, mostram que:

1. o emprego ou não do artigo não é escolha arbitrária do falante,
2. ~~que~~ o artigo não se refere somente à questão de determinação e indeterminação do nome.
3. ~~que~~ o artigo deve ser observado a um nível mais alto, o de mar cador sintético.

A Gramática Normativa ^{conclui} apresenta regras para o emprego do artigo ^o junto aos substantivos próprios. Consultamos, para este ^P tem, os gramáticos Souza da Silveira e Said Ali. Dizem ^{estes AA.} os autores que costumam levar artigo: os nomes próprios de pessoas ou animais conhecidos dos ouvintes. ^{No corpus,} ~~Encontra-se,~~ porém, ~~a~~ omissão do artigo ^{e omitido} com nomes de pessoa:

5. "está lógico que Kennedy foi morto"

6. "... podia ser mais comunitária, Sebastião Barreto Campelo anda falando de comunitarismo."

7. "... um e três Alah, Maomé... dê o nome que der, Lua, Sol, ..."

~~Obs:~~ Com os cognomes e alcunhas, encontra-se grande hesitação. ^{contudo,} ora prepondera o uso, ora a omissão ^I do artigo.

8. "uma conversão do galeguinho do coque"

9. "surtiu aquele instinto de Super-Homem, o Super-Asa, o Super-América, o Flash-Gordon..."

Na linguagem, enfática, segund^{AA.}os autores mencionados, quando queremos destacar muito uma personalidade, a regra é confirmada:

10. "precisava ser um Vicente Celestino, um Silvio Santos..."

Os nomes dos continentes e vastas regiões da Terra, ^{deve ser precedido de artigo;} a Europa a América, a Ásia, a África etc... Trazendo, porém, preposição, não é raro aparecer ^{sem} artigo.

^{esses} Em nossos informantes encontramos ^{omitir} a omissão do artigo, com ditos nomes ^{quando} regidos de preposição, contrariando a norma gramatical:

11. "...país pobre tipo de América Latina, tipo de África, eles compram em dinheiro ..."

12. "... que se espalham por Ásia, África, América, Oceania..."

foram encontrados casos de tanto o uso ~~de~~ omissão do artigo: Encontra-se também omissão ^{de} com nomes da maioria dos países;

13. "juntou-se Estados Unidos, Japão, Alemanha, Inglaterra e tal para conversar."

~~Outras vezes o informante usa ou omite o artigo:~~

14. "um país como o Brasil"

15. "dos seus interesses particulares, dos seus interesses dele ^{le} Brasil, quer dizer, nosso..."

~~Nota:~~ Alguns casos de omissão do artigo não parecem comuns. Talvez numa análise mais exaustiva possamos comprovar ser este um fato normal na linguagem falada. Há exemplos, entretanto, que confirmam as regras gramaticais, como é o caso dos nomes ^{de} entidades e Instituições:

16. "... eu sou torcedor do Náutico..."

17. "a Universidade Católica, a Federal de Pernambuco... a FESP"

As siglas são precedidas ou não de artigo; ~~com ou sem artigo, temos algumas siglas;~~

18. "A ELETROBRÁS tomou empréstimos em tal lugar..."

19. "eu não sei como é que o MEC aceita certas coisas..."

O artigo definido com as locuções formadas por palavras femininas pode ocorrer em distribuição complementar com o demonstrativo.

A Gramática Normativa, conforme já relatamos, trata o artigo como sendo aquele que se antepõe aos substantivos: determinando-o ou indeterminando-o.

O demonstrativo, para os gramáticos, é aquele que serve para mostrar, basicamente, os seres ou os objetos implicados no discurso, dêiticos.

20. " esse problema de verminose "

21. " o problema de paralisia infantil "

Parece-nos, à primeira vista, que não há evidência sintática que leve a considerar o artigo definido, pelo menos em alguns casos, como classes distintas dos demonstrativos. Senão vejamos: no exemplo do caso de do 20, marcados os substantivos problema e verminose, o artigo não se faz presente; no exemplo do caso 21, presente o artigo, obviamente na linha de preceito da GN o substantivo é determinado. O que se pode detectar, no contexto, é que, com a presença do demonstrativo, há realmente uma determinação, uma identificação - o que se fala é conhecido porque já foi mencionado (função anafórica). Sem o demonstrativo, a idéia é mais generalizante ou uma determinação que podemos chamar de fraca: o valor demonstrativo do artigo "foi se perdendo pouco a pouco, mas subsiste ainda, embora enfraquecido, em alguns casos." (C. Cunha, 1972:221)

Indiscutivelmente, a semelhança entre artigo definido e demonstrativo se baseia em razões sintáticas, bem como implicações semânticas que condicionam um tratamento de ambos dentro de uma mesma classe. Talvez isto se deva às raízes históricas do artigo definido que "provém do demonstrativo latino ille, illa, illud = aquele, aquela, aquilo" (C. Cunha 1972:221). Aliás opiniões já existem que consideram o demonstrativo um determinante da mesma natureza que o artigo, comutável com ele. Contudo, observem-se que nas estruturas:

22. "e no setor da saúde "

23. "essa equipe de saúde (...) que integram "

24. " a equipe de saúde "

gramática normativa

→
→

←

verifica-se que o objeto sobre o qual recai todo realce está presente no espírito do destinatário. Implicitamente, ^{no exemplo} em 22 existe o termo área, equipe ou qualquer palavra de valor idêntico que justifica a presença do artigo - e no setor da área de saúde. O que existe é uma identificação e não uma determinação exata.

^{O exemplo} 23 identifica-se com o ~~caso~~ 20 e é exatamente a presença do chamado demonstrativo essa que condiciona a uma percepção de a "equipe", na qual o 24 tem mais valor demonstrativo que ^e do artigo. Na combinação das duas estruturas, na apreensão do todo, há o fenômeno anafórico que já define o texto, o que justifica a presença deste aparente artigo.

Em síntese: 1. o informante, quando usa o demonstrativo, revela uma constância de critério: ausência do artigo, na expressão própria das locuções - presença exclusiva da preposição. Quando usa o artigo, varia: ora sim (no setor da saúde); ora não (o problema de desidratação). 2. quando usa o demonstrativo, há uma abrangência no todo da expressão. 3. estes usos, ora, descritos, vão de encontro aos princípios gramaticais, ^P pois, como se percebe, a comutação do artigo pelo demonstrativo é relativamente fácil.

~~4. CONSIDERAÇÕES FINAIS~~

~~Os usos lingüísticos e os preceitos da GN~~

Os resultados da nossa análise revelam incompatibilidade entre os ^u Usos ^e Lingüísticos e os preceitos da GN. Princípios da Gramática Normativa

Senão vejamos: enfatizando apenas o nível morfo-sintático // despreza a semântica, sem levar em consideração, ^{por} tanto, o contexto, quando se observou, no decorrer desta exposição, que a presença ou ausência do Artigo não é o único critério que disponha se tratar de determinação ou indeterminação.

As gramáticas apresentam exemplos interpretados rigidamente como artigo ou demonstrativo. Elas não põem em relevo que ~~esquecem-se de que~~ na organização e proposição das idéias ora é o artigo, ora o demonstrativo que pode prevalecer, pois a função dêitica existe nos dois casos; ~~propomos~~ ^{propomos} incluí-los dentro de uma mesma classe, e assim consideramos seus diferentes empregos, repensar a definição da categoria Artigo.

(8)

Mas, cumpre reconhecer que a apresentação de alguns exemplos reveladores não dizem tudo. A exploração não é ainda satisfatória, dado o número de casos com que trabalhamos.

BIBLIOGRAFIA

1. ALI, M. Said. - Gramática Secundária da Língua Portuguesa, 4ª edição, São Paulo, Melhoramentos,
2. BECHARA, Evanildo. - Moderna Gramática Portuguesa. 29ª edição, São Paulo, Ed. Nacional, 1975.
3. CUNHA, Celso F. da. - Gramática da Língua Portuguesa. 1ª edição, Ráp de Janeiro, MEC/FENAME, 1972.
4. LIMA, Rocha. - Gramática Normativa da Língua Portuguesa. 20ª edição, Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio Editora, 1979.
5. PEREIRA, Eduardo Carlos. - Gramática Expositiva. 59ª edição, Melhorada, Rio de Janeiro, Livros Portugal, 1952.

* Comunicações apresentadas em sessão de Comunicações da 34ª Reunião Anual da SBPE, julho de 1982, Campinas, S.P., ^{originalmente} com o título "Projeto NURE - Rápfe; Preliminares da Pesquisa"

- Possesivo -

(1)

casa da minha infância → abrangência semântica
minha mãe

na minha família

na minha alimentação

no meu paladar

por meus amigos, minhas amigas

3. parece-me
consciência que não há
de que a forma "meu"
na "para + o" logo
há artigos antepostos

meu pai também gosta

aquele casal de solteiros que mãe nunca foi por
por meus pais

é grande minha família

no momento sou com meus dois solteiros
de modo que minha família

que já foi uma empregada

meus solteiros

meus dois que + sou.

4. Será que
nos tempos
antigos? / 9 que
impede de
dizer-se
"uma amiga
meu amiga?"

tinha uma amiga uma (...) que é casada
com um amigo meu, aliás ela é minha
amiga através dele.

todos os membros da minha família são
maiores: minha mãe é bem mais velha,
meu pai mais ou menos

→ Obs.: maior e campo semântico, menor a deter-
minação. Talvez, este fato possa explicar o impo-
so de possessivo e artigos em expressões com
família, alimentação, paladar
2.- Com nomes de campo semântico restrito não há
uso de artigos antes de possessivos.

- Omissão / inexistência

Bebida alcoólica mas gosto.

Somente cerveja.

Muito melhor do que sardinhas

Gosto muito gosto

- Experiências cristalizadas

obra de domingos (muito comum)
quebra um galho
as mães de hoje

mas domingos parados
na minha alimentação

no meu paladar
ou sempre nota de

deve ser de família

na hora de almoçar

tem mingança domingos

Questionamentos: "a cora da minha infância"

1. Em expressões do tipo "o problema da cozinha, um grande número de pessoas" registrar as referências ou omissões, considerando o sintagma (F simples, O simples) ou apenas levar em conta os substantivos, provavelmente? problema, cozinha, número, pessoas?

2. Levar em conta as funções sintáticas dos substantivos principalmente como complementos do verbo? "mas se procurarmos muito os outros, né?"

3. Destacar os casos em que o artigo tem combinação com a preposição?

Registrar as referências isoladamente:

na hora de almoço 28
15
13

o que → pronome relativo, considera, o artigo expressar pronominal o que é que vem?

as falsas

As justas pensam em Deus
art. ↓
exp. substantivado

PROPORCIONALIDADE → tempo previsto p/ teste EF
dividido p/ n = número de integrantes

(3)

EF 8 min

DID 8

121 : 30

121 : 30

$$\frac{27}{269} = 270 \text{ horas}$$

Comentários independentes das Obs.
da equipe XX.
Impecação metodológica

- 1- ALTERNÂNCIA - coloca o pesquisador como árbitro das realizações linguísticas. Se o falante não visar o item, com e sem artigo, como ele vai saber se houve alternância?
- 2- Marcas omissas, e ainda mais, omissas obrigatórias, é muito subjetivo.
Na descrição linguística marca-se o que ocorre e não algo subjetivo que se supõe que deveria ocorrer. Por que? Se não ocorre, é porque não ocorre, ~~e aí~~.
- 3- O modelo criado para o Espanhol, que, apesar de ~~língua irmã~~ de pertencer à mesma família linguística desenvolveu-se geograficamente e temporalmente e espacialmente em momento e local diferente, não tem compromisso com o português, não se trata de mistura para o português que é uma língua independente.